

A HISTÓRIA VIVA EM SALA DE AULA: Um projeto PIBID para Educação em Direitos Humanos

Juliana Tavares ¹
Daniel Silva de Castro ²
Dalvyn Henrique Nunes de Moraes ³
Francisco Dias Passos ⁴
Amanda Dorneles de Oliveira ⁵

RESUMO

A presente proposta diz respeito ao projeto de Direitos Humanos desenvolvido pelo PIBID na EEM Caetano Gonçalves da Silva ao longo do segundo semestre de 2025. Como cerne, o grupo trabalhou, junto aos alunos do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, as violações aos direitos humanos que ocorreram no contexto histórico da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, objetivando sensibilizar os estudantes, educar para a democracia e estimular o pensamento crítico. Assim, em aulas distintas do planejamento, foi possível explorar como a Ditadura Civil-Militar atingiu as mulheres e os indígenas, o que aguçou o olhar dos estudantes para os diferentes recortes sociais. Portanto, o PIBID Caetano executou uma aula na qual os alunos tiveram a oportunidade de ouvir e interagir com os políticos Ubiratan de Souza e Raul Pont, ambos perseguidos e torturados pela Ditadura Civil-Militar. Desse modo, a escuta das memórias dos convidados sobre o Golpe de 64 se mostrou uma forma poderosa de trabalhar a temática dos direitos humanos dentro da sala de aula, uma vez que foram valorizados o testemunho pessoal e a agência histórica dos entrevistados. Para embasar o trabalho, Vera Maria Candau et al (2014) contribuíram para a discussão sobre educação para os direitos humanos no tempo presente, enquanto Paulo Freire (2001) e seu conceito de Educação Bancária debatem uma outra forma de estar em sala de aula e educar, menos tecnicista e mais humana. Na parte histórica, os estudos de Daniel Aarão Reis (2014) e Zuenir Ventura (1988) auxiliaram na contextualização da Ditadura Civil-Militar. Marc Bloch (2002) foi utilizado para a discutir o papel do historiador e o manejo com diferentes fontes históricas. Em síntese, a aula com a presença de Ubiratan de Souza e Raul Pont permitiu que articulássemos memória, história oral e a disciplina de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Ditadura Civil-Militar, Educação, Ensino de História, História Oral.

INTRODUÇÃO

O PIBID (Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) é uma política pública federal que pretende inserir os estudantes de licenciatura dentro das instituições

1 Licenciada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, julianajt2012@gmail.com;

2 Licenciando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, CastroDaniel@edu.unisinos.br;

3 Licenciando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, dalvynnmues@gmail.com;

4 Licenciando em Letras/Português pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, chicodias271@gmail.com;

5 Professora orientadora: Licenciada em História e Pedagogia pela Universidade La Salle - UNILASSALE, Mestranda em Ensino de História - UFRGS, amanda-oliveira10@educar.rs.gov.br.



educacionais, aproximando-os do cotidiano escolar e da prática docente. Tendo isso em vista, o PIBID da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) se destaca pelo trabalho desenvolvido em eixos de diferentes licenciaturas, o que permite uma abordagem interdisciplinar do conhecimento.

Assim, o projeto pedagógico aqui apresentado foi desenvolvido a partir da interdisciplinaridade entre os cursos de História e Letras da UNISINOS, indo de encontro à temática do Eixo 2 do PIBID para o segundo semestre de 2025, que se refere ao ensino dos Direitos Humanos. Com o propósito de sensibilizar os estudantes e explorar um dos períodos mais emblemáticos da história relativamente recente de nosso país, optamos por elaborar um planejamento de aulas que utilizasse a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) para discutir direitos humanos e a democracia.

Dessa forma, o trabalho foi aplicado pelos acadêmicos Daniel Silva de Castro, Dalvyn Henrique Nunes, Juliana Tavares e Larissa Gomes, do curso de Licenciatura em História da UNISINOS, em parceria com Francisco Dias, estudante de Licenciatura em Letras/Português da mesma instituição de ensino. Fomentado pelo PIBID, o projeto pedagógico foi elaborado e executado sob a supervisão da coordenadora Amanda Dorneles de Oliveira, docente das disciplinas de História e Direitos Humanos na Escola Caetano Gonçalves da Silva, situada em Esteio/RS, onde foi realizada a proposta.

A Escola Caetano Gonçalves da Silva possui tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, distribuídos nos turnos da manhã e da tarde. Localizada no centro de Esteio, a instituição possui cerca de 400 estudantes matriculados. O público da escola é majoritariamente proveniente das classes mais baixas e conta com a presença de estudantes imigrantes de origem caribenha e venezuelana. As aulas ministradas pelos pibidianos na escola foram nas sextas-feiras pela manhã e abrangeram uma turma de 1º e outra turma de 2º ano do Ensino Médio, com as quais já tínhamos contato prévio e convivência.

A metodologia aplicada para a elaboração das aulas foi a sequência didática. Assim, a partir da seguinte situação-problema é que foi desenvolvido o planejamento de aulas:

Em diferentes períodos da história do Brasil, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a população sofreu restrições severas à liberdade de expressão, à participação política e aos direitos civis. A censura, os Atos Institucionais e a repressão estatal foram usados para justificar perseguições, prisões e torturas, sempre em nome da “ordem” e da “segurança nacional”. Nesse contexto, expressões artísticas como a música, o teatro e o lambe-lambe tornaram-se formas de resistência, como forma de denúncia e preservação da memória coletiva. Pensando nesse contexto,



de que forma a Ditadura Militar brasileira violou os direitos humanos e como a arte serviu como resistência nesse período?

Desse modo, ao longo do planejamento, os alunos tiveram a oportunidade de estudar o contexto histórico da Ditadura Civil-Militar. Demonstramos de que forma o regime vigente à época afetou o campo das artes, das mulheres e dos povos indígenas, mais especificamente. Para reforçar a desumanidade dos chamados “desaparecimentos forçados”, elaboramos uma aula para tratar dos desaparecidos da ditadura e dar um rosto a essas pessoas. Seguindo na esteira de sensibilizar os estudantes a respeito daqueles que tiveram seus direitos humanos violados, promovemos uma roda de conversa com a presença de duas pessoas que foram perseguidas e torturadas: Ubiratan de Souza e Raul Pont.

Por último, discutimos o processo de redemocratização no Brasil e seus dilemas, o que culminou na última aula, na qual os estudantes puderam produzir um “lambe-lambe” (forma de intervenção artística urbana) para exercerem seu direito democrático à livre expressão. A ideia da produção desse material era que os alunos trouxessem reivindicações políticas que fizessem sentido para eles. Na produção do lambe-lambe, os alunos puderam relacionar as formas de protesto utilizadas para contestar a Ditadura Civil-Militar com temas da atualidade, fazendo um paralelo histórico com o presente.

Assim, diante de todas as aulas elaboradas para o projeto, optamos por focar a roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont no relato de experiência aqui descrito e debatido, uma vez que, na interação com fontes históricas vivas do regime militar, os eventos históricos saíram das linhas dos livros didáticos e se personificaram em nossos convidados, fazendo com que as turmas estabelecessem um outro olhar sobre o passado brasileiro. Por conta disso, esse momento permitiu que os estudantes refletissem criticamente sobre a história do Brasil e sua relação com os direitos humanos, vinculando memória, testemunho e educação.

Para o referencial teórico, utilizamos autores como Vera Maria Candau et al (2014) para contribuírem a respeito do que é a educação para os direitos humanos no tempo presente. Paulo Freire (2001) e seu conceito de Educação Bancária, por conseguinte, foi utilizado para discutir uma forma menos tecnicista de construção de conhecimento dentro da sala de aula. No que tange a contextualização histórica, os estudos de Zuenir Ventura (1988) versam sobre o período de instituição do AI-5 durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, enquanto Daniel Aarão Reis (2014) auxilia no entendimento sobre o que foi a anistia, em uma ótica do



esquecimento. Marc Bloch (2002), historiador essencial da Escola dos Annales, em nosso trabalho, foi utilizado para discutir o papel do historiador e o manejo com diferentes fontes históricas, uma vez que a roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont dialoga com a história oral e o uso da memória dentro do campo histórico.

Em síntese, a introdução buscou apresentar o contexto do projeto, situando o Eixo 2 do PIBID/UNISINOS e sua relação com o ensino dos Direitos Humanos, além de justificar a escolha da Ditadura Civil-Militar brasileira como recorte histórico para sensibilizar os estudantes. Esse percurso inicial, fundamentado nos referenciais teóricos apresentados e na sequência didática aplicada, permitiu construir o caminho que levou à elaboração da roda de conversa como estratégia metodológica central. A seguir, será detalhado como essa metodologia foi organizada e executada, dando destaque para o papel da história oral e do diálogo em sala de aula como instrumentos de reflexão crítica e de valorização da memória.

METODOLOGIA

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um processo de redemocratização, após um longo período em que os direitos civis conquistados haviam sido suprimidos por um governo ditatorial. Este período é conhecido como Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Em nosso projeto, ao abordarmos diversos temas que perpassam a Ditadura Civil-Militar brasileira os alunos passam a compreender de forma mais ampla os impactos desse período sobre os direitos humanos. A partir dessa visão geral, o nosso projeto avança para recortes mais específicos do período ditatorial.

Assim, na primeira aula do projeto, a Ditadura Civil-Militar foi apresentada aos estudantes por meio do trailer do filme “Ainda Estou Aqui” (2024), de forma que questionamos as turmas sobre o que eles estavam assistindo. Desse modo, buscamos contextualizar o período do regime militar, utilizando slides para isso. Ao final da exposição, os estudantes foram convidados a produzirem um mapa mental com, ao menos, seis ideias principais sobre a Ditadura Civil-Militar.

Na semana seguinte, trabalhamos com as turmas os cinco Atos Institucionais mais importantes instaurados durante o período militar. A apresentação dos AIs para as turmas se deu através de slides e, como atividade, as turmas foram divididas em grupos pequenos para lerem alguns trechos de um AI específico e de uma notícia ligado a ele. O objetivo era de que os alunos fossem capazes de juntar as leituras e inferir as consequências sociais, políticas e econômicas relacionadas à instauração de um AI.



Assim, na terceira semana, Francisco Dias, estudante de Letras/Português, desenvolveu uma aula a partir da leitura de O Rezinho Mandão, de Ruth Rocha, literatura infanto-juvenil, a fim de discutir a repressão durante o regime. Em outro momento, explorou, também, a censura nas artes, como isso afetou a vida dos artistas e como as suas obras desafiavam a censura.

Já na aula dedicada a discutir as vivências femininas durante o período ditatorial no Brasil, o documentário “Memórias femininas da luta contra a ditadura militar”, projeto do Laboratório do Estudo do Tempo Presente (Instituto de História/UFRJ), foi utilizado com o propósito de expor para as turmas como se deu a participação das mulheres na resistência ao regime. Selecionamos trechos do documentário para serem discutidos. Ao final da aula, os estudantes fizeram uma atividade de pesquisa biográfica sobre as personagens históricas Dilma Rousseff, Eunice Paiva, Míriam Leitão e Zuzu Angel a fim de que refletissem sobre a história de vida dessas mulheres e sobre o significado da participação política feminina durante os anos de chumbo.

Na quinta semana, na aula a respeito dos povos indígenas durante o período do regime militar, foi evidenciado o apagamento histórico sofrido. Assim, realizamos uma aula expositivo-dialogada, na qual apresentamos aos alunos a violência da ocupação da Amazônia pelos militares sob o discurso de integração e progresso. Tratamos da construção da Rodovia Transamazônica e exploramos o Relatório Figueiredo. Também mostramos que órgãos como o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) serviam como braços da ditadura para exterminar os povos indígenas. Ao final da aula pedimos aos alunos que criassem um panfleto com uma reflexão crítica sobre a construção da Rodovia Transamazônica. A ideia era que os alunos entendessem as problemáticas que surgiram a partir da construção dessa rodovia.

Na sexta aula, tratamos do desaparecidos políticos do período. Primeiro produzimos pequenos textos biográficos sobre alguns desaparecidos políticos, como por exemplo: Alceri Maria Gomes da Silva e Onofre Pinto. Pensamos em trazer pessoas diversas, saindo um pouco dos nomes mais conhecidos. A ideia para essa escolha era aproximar os estudantes do fato histórico, para que eles entendessem que pessoas anônimas, de diferentes profissões e classes sociais foram afetadas pelo regime militar.

Dividimos os alunos em pequenos grupos, cada grupo recebeu uma biografia, eles deveriam ler e conversar sobre o que haviam lido. Depois desse momento, pedimos para que cada grupo explicasse para a turma sobre o que leu. A ideia era que entendessem do que se tratava a situação e suas implicações. Após esse momento começamos uma aula expositivo-dialogada, explicando aos alunos o que se considera um desaparecido político. Que



desaparecido político significa que a pessoa foi assassinada pelos militares e muitas vezes seu corpo foi colocado em um lugar de difícil acesso para que nunca fosse recuperado. Também sensibilizamos os alunos sobre o luto enfrentado pelas famílias, pois para elas era ainda mais difícil aceitar a morte sem ter um corpo para enterrar.

Na aula sobre redemocratização, provocamos os alunos inicialmente com a pergunta: o que os faz ser cidadãos brasileiros? As respostas foram anotadas na lousa de acordo com o que os estudantes conseguiam responder. A indagação tinha como destino fazer as turmas pensarem no que significa ser um cidadão e como isso se articula com as leis de um país e com os direitos civis. Através desse questionamento, trabalhamos a Constituição Cidadã de 1988 e sua importância como marco do fim da ditadura e do renascimento da democracia brasileira. Também conceituamos o que foi a anistia e as consequências que ela trouxe tanto para os presos políticos quanto para os militares.

Na última aula, então, apresentamos para os estudantes o lambe-lambe, uma arte popular de rua que consiste em pequenos cartazes, com dizeres enfáticos e geralmente contestatórios, que são espalhados pelas ruas. O desafio era que os alunos fizessem os seus próprios lambe-lambes com reivindicações sociais do seu interesse. Demos folhas A3 para cada dupla e disponibilizamos revistas para que eles tivessem a opção de recortá-las ou fazerem seus próprios desenhos. A atividade estava relacionada ao processo de redemocratização do Brasil e a democracia que temos hoje em dia.

A roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont se situou entre a penúltima e a última aula, sendo o ponto chave do nosso relato de experiência. Ambas as figuras foram convidadas para a atividade pelo professor de História Guilherme, que possuía contato com essas pessoas. Durante a conversa os convidados contaram sobre suas vidas, relacionando ao contexto político brasileiro da época. Assim, a abertura do momento se deu com uma breve apresentação de Ubiratan de Souza e Raul Pont, para que os alunos pudessem compreender resumidamente a trajetória dessas duas figuras. Raul Pont é historiador, tendo sido um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e também ex-prefeito de Porto Alegre. Já Ubiratan de Souza é economista e antigo membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuante durante a ditadura civil-militar.

Desse modo, a aula em que os convidados apareceriam foi organizada no salão de eventos, onde se reuniram as turmas do 1º e 2º anos que já haviam realizado as atividades da sequência didática, contando com a participação adicional do 8º e do 9º ano do ensino fundamental.



A disposição das cadeiras, em formato oval ao redor de Ubiratan de Souza e Raul Pont, foi proposital para estimular a participação dos estudantes. O objetivo era que os alunos se sentissem à vontade para fazerem perguntas.

Nossa ideia era colocar os alunos em contato com “fontes vivas”, pessoas que passaram por esse período sombrio e foram influenciadas de alguma maneira. Assim, a roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont teve o intuito de aproximar os estudantes do período, mostrando para as turmas que a cena histórica estudada não era tão distante quanto parecia e que havia pessoas ainda vivas que vivenciaram aquela época.

Assim, foi estabelecido, no planejamento da aula, que os alunos do PIBID fariam algumas perguntas que guiarão a conversação com Ubiratan de Souza e Raul Pont.

As perguntas a serem feitas eram:

1. Em que momento da sua vida você estava durante a ditadura civil-militar?
2. Por que você foi um alvo do regime?
3. Nosso projeto discute a violação dos direitos humanos durante o período da ditadura civil-militar. Como foi isso para você?
4. Como você vê o período de redemocratização e a anistia? Como isso te afetou particularmente?
5. Você ainda sente os impactos desse período na sua vida e na sociedade brasileira? De que forma?.

Na semana anterior, as turmas haviam preparado e escrito perguntas a serem feitas aos convidados. Muitas delas referiam-se à tortura, revelando a curiosidade que o tema despertava nos estudantes por tratar-se de algo que choca.

Durante a roda de conversa os alunos se mostraram bastante compenetrados, ouvindo com atenção os palestrantes. No momento direcionado às perguntas, diversos estudantes levantaram seus questionamentos aos palestrantes. Alguns alunos demonstraram interesse especial em saber como era a tortura durante o período, momento no qual o palestrante Ubiratan relatou ter passado pela tortura e inclusive ter perdido um amigo que foi assassinado pelos militares.

Era visível no rosto dos alunos o tom de compreensão na fala do palestrante, o entendimento de que a violência perpetrada pelo Estado brasileiro foi terrível. Tivemos que estender o período de duração da palestra, que a princípio ocuparia apenas dois períodos de aula, pois os alunos queriam ouvir mais dos palestrantes. Também ao final da palestra alguns alunos ainda ficaram para conversar com os palestrantes, tirar dúvidas e até fazer fotos.



Todos esses acontecimentos nos provam que a atividade proposta no ambiente do PIBID foi um sucesso. Os alunos tiveram contato com “fontes vivas” e puderam relacionar o que estavam ouvindo com o que havia sido apresentado nas aulas ao longo do projeto. Ficou evidente que a relação entre a Ditadura Civil-Militar e direitos humanos estava bem esclarecida para os estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento das atividades propostas teve como base fundamental a compreensão da dimensão dos direitos humanos como uma construção social e histórica que busca garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos. Segundo Marilena Chaui (2022), a democracia verdadeira ultrapassa a simples ideia de regime político, sendo uma forma de sociedade que institui direitos capazes de transformar as desigualdades e legitimar os conflitos sociais através de lutas contínuas por direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. A violência estruturada, como a que marcou o regime militar, viola esses direitos ao tratar seres humanos como coisas, negando o exercício da ética e da racionalidade, pilares fundamentais da humanidade e da cidadania.

Assim, a educação em direitos humanos torna-se uma ferramenta de justiça social que busca desconstruir preconceitos, resgatar a história de resistência e fortalecer a memória de lutas, como as travadas por Ubiratan de Souza e Raul Pont, como as resistências documentadas em músicas, livros, jornais e outros textos datados da época. É por meio desse entendimento que podemos valorizar as experiências de vida das pessoas que vivenciaram esse momento histórico, promovendo rodas de conversa que tragam à luz a memória, incentivando questionamentos críticos e reflexões sobre a importância de garantir e defender os direitos humanos frente às formas de violência e opressão que nascem diariamente nos tempos atuais.

Isto posto, a realização de uma roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont, figuras políticas que vivenciaram a tortura durante a ditadura militar no Brasil, constitui uma estratégia pedagógica visada para a Educação em Direitos Humanos, dialogando com conceitos apresentados por Candau et al (2014), pois promove o resgate da memória histórica e reforça o compromisso com a construção de uma cidadania ativa e democrática, uma vez que essa educação orienta para a transformação social e para a formação de sujeitos de direitos.



Segundo o que discute Oliveira (2011), para Freire, o diálogo é um elemento essencial na mediação do conhecimento e na humanização do sujeito, possibilitando que diferentes gerações possam refletir sobre as práticas de resistência, repressão e violação de direitos. Além disso, a confrontação direta com experiências vividas pelos próprios sujeitos de direitos reforça a importância de reconhecer a alteridade e de valorizar os saberes populares e históricos. Assim, esse momento de roda de conversa, inserido no contexto de uma sequência didática interdisciplinar sobre a ditadura militar, estimula a conscientização dos estudantes acerca da relação entre poder, cultura e resistência, fortalecendo seu entendimento de direitos humanos e de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, ensinar é uma tarefa complexa, que exige principalmente o estabelecimento de uma relação entre educador e educando. Por vezes pode-se partir do princípio que ensinar é meramente uma atividade de transmitir conteúdo, onde o aluno ouve o mestre e aprende com ele. Por muito tempo, inclusive, a concepção de educação foi essa. Essa concepção de educação é conhecida como educação bancária, concepção essa muito criticada pelo educador e filósofo, Paulo Freire.

Em uma educação bancária, o aluno é mero receptáculo, como uma casca. Se deposita no estudante o conteúdo, e esse como se fosse um banco, recebe o depósito, por isso “educação bancária” (FREIRE, 2001). Pensando nessa concepção de Paulo Freire que nasceu a nossa proposta de atividade do PIBID. Não queríamos fazer uma palestra em seu formato clássico, na qual os alunos ficassem passivos apenas ouvindo, mas sim uma roda de conversa. Primeiro pensamos na forma de organização do espaço. Colocamos todas as cadeiras em formato oval e os dois convidados ficaram sentados próximos aos estudantes, para que todos ficassem em pé de igualdade. Durante a roda de conversa, os dois convidados se intercalavam em suas falas. Os alunos podiam intervir com dúvidas ou questionamentos, de forma a conduzir a conversa. Todos esses detalhes foram pensados por nós, justamente para contrapor a ideia de educação bancária esmiuçada por Paulo Freire.

Para além de criticar a ideia do aluno como mero receptáculo de informação, para Freire é essencial que o educador se esforce para trazer o conteúdo próximo da realidade do estudante: Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação (Freire, 2001, p. 57).

Ao propor uma roda de conversa com duas pessoas que vivenciaram os horrores da Ditadura Civil-Militar, coloca-se o estudante de frente com uma fonte viva. Somado a isso o



estudante percebe que o conteúdo ministrado também faz parte da realidade a sua volta, pois a sua visão da sociedade se ressignifica com o relato presenciado.

Em *Apologia da História* (2001), Marc Bloch aponta que o historiador não pode se prender apenas em registros físicos, mas também levar em conta a quantidade de informações e testemunhos que muitas vezes não estão registrados. Bloch (2001), então, explica que diversas coisas do passado não estão acessíveis, como mentalidades, desejos e pensamentos de indivíduos pela falta de registro ou biografias.

Assim sendo, o passado é algo em construção e a história muda quando o historiador passa a fazer novas perguntas, descobrindo novas fontes através delas. Desse modo, segundo Bloch (2001), o conhecimento do passado é algo em progresso, que se transforma incessantemente. Isso significa que a história não é algo morto.

O documento não fala sozinho, pois é a partir de perguntas que ele se torna, de fato, uma fonte histórica. Os alunos, durante a roda de conversa com Ubiratan de Souza e Raul Pont, atuaram no papel investigativo do historiador ao fazerem perguntas que os interessavam sobre o passado.

Deste modo, com vistas a contextualizar o período ditatorial no Brasil, para Ventura (1988) o regime que estava sendo imposto deixou cair o véu e mostrou sua real face a partir da promulgação do Ato Institucional de número 5. O cenário de repressão estava evidente quando ainda na madrugada militares se dirigiram às redações de diversos jornais pelo país. A ação era clara: censurar as edições e prender quem fosse considerado subversivo. Estava armado o cenário que viria a ser o mais cruel do período.

As forças conservadoras do país saíram vitoriosas em 1964, o cenário dessa vitória era de polarização política e institucional que estava intensamente presente na sociedade brasileira. O que se seguiu foi um período de perseguição política, onde setores da sociedade foram silenciados e apagados. No início dos anos 1980 o desgaste do regime já era evidente. Para apaziguar ânimos de forma a fazer um pacto nacional, todos os envolvidos foram anistiados, dessa forma nenhum militar precisaria pagar por seus crimes cometidos durante o período. A anistia ampla e irrestrita inicia na sociedade brasileira uma ideia de esquecimento, de que esse período sombrio deveria ser deixado para trás como uma doença que havia sido curada (REIS, 2014).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, surge como resposta dos líderes mundiais aos horrores da Segunda Guerra Mundial. O documento delinea uma série de direitos básicos que devem ser garantidos e mantidos, esses direitos são essenciais para que as pessoas tenham uma vida digna. Para Santos (2021), as ditaduras que



assolaram a América Latina foram notórias violadoras de direitos humanos. A censura as organizações políticas, aos meios de comunicação e entretenimento, a perseguição a dissidentes do regime, a tortura e o assassinato, todos esses fatores evidenciam o caráter autoritário e anti-humanista do período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do projeto no âmbito do PIBID, possibilitou a observação de diferentes resultados qualitativos relacionados à aprendizagem histórica, à sensibilização dos estudantes para a temática dos Direitos Humanos e ao desenvolvimento do pensamento crítico. Ao realizar a palestra de uma forma desconstruída, com intervenção dos alunos e colocando os palestrantes próximos a eles, foi possível analisar empiricamente os resultados obtidos. A partir da interação dos estudantes, foi possível analisar que eles traziam o seu conhecimento prévio para junto da atividade proposta.

Articulando com o que nós esperávamos, foi possível visualizar que os estudantes passaram a compreender os Direitos Humanos para além de uma noção abstrata. Principalmente quando os convidados narraram os horrores vividos durante o período, foi possível ver nos estudantes uma compreensão dessa realidade. As perguntas direcionadas aos convidados, partiam de uma compreensão de que o que foi feito com eles não era certo, era uma violação de diversos direitos humanos.

A presença de “fontes vivas”, provocou forte envolvimento emocional dos estudantes. Foi possível perceber que o contato direto com os testemunhos rompeu com a percepção da ditadura como um passado distante, contribuindo para a compreensão de que seus efeitos se estendem até o presente. Os estudantes passaram a entender que o período abordado não era uma mera questão histórica escrita em um livro, mas sim um evento que impactou profundamente a vida das pessoas.

Através da compressão de todos esses resultados, foi possível relacionar a ideia de Marc Bloch sobre a oralidade histórica, com a crítica que Paulo Freire faz sobre a chamada “educação bancária”. Se o aluno passou a ser agente do conhecimento, intervindo sobre o que estava sendo aprendido, a ferramenta fundamental para que isso ocorresse em nosso projeto foi a história enquanto oralidade. O mundo à nossa volta pode ser compreendido pela oralidade histórica, pois as fontes orais também são fontes históricas e, por tanto, valiosas ao historiador tanto quanto as fontes físicas.

Assim, os resultados indicam que o projeto contribuiu significativamente para a formação histórica e cidadã dos estudantes, ao articular conteúdo curricular, metodologia



ativa e compromisso ético-político com a Educação em Direitos Humanos. A experiência do projeto nos mostrou, que quando trazemos o conteúdo para a realidade do estudante, este passa a compreender melhor o tema proposto e passa a ser agente do próprio ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as potencialidades pedagógicas do ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira articulado à Educação em Direitos Humanos. Foi possível analisar que ao abordar um momento histórico específico, de forma dialogada, pode ser uma ótima ferramenta para aproximar o aluno do conteúdo.

Fazendo-se uso da História Oral, especialmente por meio do contato testemunhos vivos do período estudado, foi possível redimensionar o ensino de História. Os estudantes passaram a enxergar o tema com maior empatia, pois viam que o conteúdo estudado tinha rosto e voz.

Dessa forma, a aula onde recebemos nossos convidados para a roda de conversa foi fundamental para que os estudantes que estavam presentes pudessem exercer a função de um historiador. Já havia sido trabalhado com eles fontes históricas, mas nesta aula os estudantes tiveram a oportunidade de fazer perguntas não para um documento e sim para uma fonte viva. O interesse deles pelo tema era evidente nas perguntas que foram realizadas, no momento que algum colega fazia a pergunta a resposta dos convidados já virava um gancho para outra pergunta e os instigava a participarem ativamente. Marc Bloch (2001) nos mostrou que o historiador deve ter crítica documental, fazer as perguntas certas para descobrir outras fontes, abrindo a possibilidade de novos questionamentos.

A convergência entre as narrativas dos participantes e a perspectiva de Bloch evidencia que a análise histórica requer mais que a exposição de acontecimentos: exige que seja feita uma problematização das fontes e reconhecer que a memória em si também é um campo de pesquisa.

Portanto, o trabalho contribui para o campo do ensino de História ao demonstrar a viabilidade e a relevância da articulação entre memória, História Oral e Educação em Direitos Humanos. O que aqui foi trabalhado pode ser utilizado em diversos outros âmbitos, com turmas de anos diferentes e trazendo outras perspectivas. Os temas aqui trabalhados podem dar suporte a pesquisas futuras, contribuindo com os novos métodos de ensino.

REFERÊNCIAS



BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; AMORIM, Viviane; PAULO, Iliana Aida; SACAVINO, Susana Beatriz. O(a) educador(a) como agente sociocultural e político. In: **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 30-43.

CHAUÍ, Marilena. Direitos Humanos e Educação. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 23–26, 2022. DOI: 10.5016/ridh.v10i2.166. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/166>. Acesso em: 31 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

